

# HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

## O BANCO PALMAS E A PERMANÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO POPULAR NO CONJUNTO PALMEIRAS, EM FORTALEZA – CEARÁ (1998 – 2017)<sup>1</sup>

Cristiano Rodrigues Rabelo\*

### Resumo:

Criado em 1998, o Banco Palmas se tornou ao longo dos anos 2000 uma importante instituição no âmbito do que ficou conhecido como bancos comunitários de desenvolvimento. Sua projeção ganhou notoriedade nacional e internacional a partir dos projetos bem sucedidos promovidos no bairro do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, Ceará. A instituição é resultado das lutas sociais promovidas pelos moradores do local na tentativa de transformar a realidade em que foram submetidos desde a instalação do conjunto habitacional na década de 1970, sob condições adversas. Com isso, esse texto busca analisar como essa instituição se tornou, a partir de uma política econômica comunitária para o bairro, um importante vetor de transformação para o local com foco na permanência das lutas sociais que foram historicamente essenciais na constituição do Conjunto Palmeiras como bairro da capital cearense, possibilitando a conquista de direitos fundamentais para seus moradores.

**Palavras-Chave:** Movimento Popular. Conjunto Palmeiras. Banco Palmas.

### Abstract:

Created in 1998, Banco Palmas became, during the 2000s, an important institution in the named community development banks. His projection gained national and international notoriety because of the successful projects promoted in the neighborhood of Conjunto Palmeiras, in Fortaleza, Ceará. The institution is a result of the social struggles promoted by local residents in an attempt to transform the reality in which they have been subjected since the installation of housing in the 1970s, under adverse conditions. So, this text seeks to analyze how this institution became, beginning from a community economic policy for the neighborhood, an important vector of transformation for the place focused on the permanence of the social struggles that were historically essential in the constitution of Conjunto Palmeiras as a neighborhood in the capital of Ceará, making possible the conquest of fundamental rights for its residents.

**Keywords:** Popular Movement. Conjunto Palmeiras. Bank Palmas.

**Recebido:** 14/06/2018

**Aprovado:** 30/06/2018

<sup>1</sup> Este texto é um fragmento adaptado da pesquisa intitulada: “Memórias de Nossas Lutas”: narrativas do Conjunto Palmeiras em Fortaleza, Ceará (1974-2014), sob a orientação do Prof. Dr. Altemar da Costa Muniz, realizada e defendida no Mestrado Acadêmico em História – MAHIS/UECE, em 2017.

\* Professor de História da rede estadual de educação do Ceará desde 2012 com licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará, especialização em Metodologias do Ensino de História pela Universidade Estadual do Ceará e Mestre em História e Culturas pelo MAHIS-UECE. Email: [rabeloc@ig.com.br](mailto:rabeloc@ig.com.br) ou [rabelocr@gmail.com](mailto:rabelocr@gmail.com)

Em 20 janeiro de 1998, reunidos na sede da associação de moradores do Conjunto Palmeiras, a inauguração aconteceu às 19 horas. O que ocorreu a partir daquele dia deveria ser documentado e exposto nos principais veículos de comunicação de Fortaleza. O modelo de concessão de benefícios foi a partir de um cartão de crédito chamado de PalmaCard. Nesse, o comerciante anotava o nome da pessoa que comprou em seu estabelecimento para depois receber o dinheiro na sede da instituição financiadora daquele crédito. Naquela data foram concedidos empréstimos para comerciantes e para consumidores. Os primeiros receberam valores que variaram de R\$ 100,00 até R\$ 150,00. Desses, estavam uma empresa de confecção, um sapateiro, uma loja de alimentos e uma costureira, todos conhecidos da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e que deveriam pagar o valor emprestado em até seis meses. O restante do dinheiro foi concedido para o consumo a vinte famílias que também tinham o prazo de seis meses para pagar o benefício. O caixa total do primeiro Banco era de R\$ 2.000,00, zerado ao final da inauguração<sup>2</sup>.

A forma como começaram o banco, contada hoje por seus idealizadores, tornou essa experiência mais valorizada, pois não sabiam ao certo o impacto que a ação iria criar numa região pobre da cidade de Fortaleza. A novidade, que ganhou notoriedade com o passar do tempo, revelou uma ideia inovadora no Brasil, pautada no princípio de concessão de empréstimos a comerciantes a fim de ajudar na circulação de mercadorias dentro do seu estabelecimento e, também, para aqueles que desejavam consumir dentro do próprio conjunto. A ideia era que servisse como uma mola propulsora que pudesse incentivar a produção e consumo dentro do bairro. Portanto, fazer esse tipo de ação requereu uma sensibilidade para notar que era necessário construir oportunidades para que a população pudesse saber que ali também podia-se ter emprego e renda.

A descrição do dia da inauguração da instituição financeira é também uma forma de comunicar o nascimento de algo revolucionário. Afinal, não estavam falando de qualquer instituição, mas de algo pioneiro. Era o primeiro banco criado em uma periferia cujo objetivo era ajudar a própria periferia. O Banco Palmas, hoje com 20 anos, tornou-se referência quando o assunto é o estímulo ao desenvolvimento de locais que precisam de geração de renda, incluindo pessoas que, por serem carentes, geralmente são excluídas do sistema financeiro formal por necessitarem, para a concessão de benefícios, da pesquisa em órgãos de proteção ao crédito<sup>3</sup>. Situação que inibe o acesso a empréstimos por apresentarem passagem por essas instituições. O Banco passou a fazer parte de uma rede chamada de Rede Brasileira de Bancos Comunitários

<sup>2</sup> MELO, Joaquim. **Viva favela**: os pobres assumem seu próprio destino. Editora Ideias e Letras, São Paulo, 2014.

<sup>3</sup> Centralização de Serviços dos Bancos (SERASA) e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), por exemplo.

(RBBC)<sup>4</sup>, composta por todos os bancos surgidos a partir da experiência inaugural em janeiro de 1998. A importância e o crescimento da ideia surgida no Conjunto Palmeiras, mostraram-se promissores, apesar das incertezas iniciais, bem como legaram aos idealizadores do projeto o papel de facilitadores para a implantação em outros locais, tanto nacionais quanto internacionais.

Sob uma lógica de ser uma alternativa ao sistema financeiro formal, em que é necessário passar pelo crivo das instituições ligadas diretamente aos paradigmas do Banco Central do Brasil, o entendimento do que era o Banco Palmas foi sendo discutido e definido com o passar dos anos. Nesse sentido, cabe-nos refletir sobre isso, buscando compreender o que é esse modelo de instituição presente em várias localidades brasileiras e como foi definida a sua atuação a partir das políticas de apoio financeiro em que atua.

## Um Banco Comunitário

O Banco Palmas e outros, que seguem o seu modelo, são chamados de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). Segundo Neiva et. al. (2013)<sup>5</sup>, eles têm como objetivo promover o fortalecimento e o desenvolvimento do seu território e da organização comunitária por meio da oferta de serviços financeiros. Dessa maneira, podemos afirmar que

Sendo o único banco comunitário até 2003, essa realidade começou a mudar a partir desta data, com as associações comunitárias e o poder público interessados na sua implementação em outras localidades. Esse aumento foi tão significativo que o próprio Banco Palmas decidiu criar uma nova instituição – o Instituto Palmas – para realizar esse trabalho de replicação da metodologia.<sup>6</sup>

A partir de 2003, o Instituto Palmas tornou-se o responsável por ensinar as experiências desenvolvidas no Conjunto Palmeiras, sendo necessário tornar concreto todo ideal que havia construído até então e que se foi tornando o referencial para uma política nacional de instalação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento pelo Brasil. Assim,

[...] percebeu-se a necessidade de transformar a experiência do Banco Palmas, enraizada na história comunitária do Conjunto Palmeiras, em uma estratégia de desenvolvimento comunitário integrado. Para essa passagem do concreto da experiência para abstração do conceito, construiu-se um marco conceitual em que as principais características de um banco comunitário foram definidas e publicadas pelo Instituto Palmas e pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.<sup>7</sup>

<sup>4</sup> Criada em 2003, a Rede pretendeu ser uma parceria para que a metodologia empregada no Conjunto Palmeiras, na geração de emprego e renda dentro de uma localidade, pudesse ser executada em outras regiões do Ceará e do Brasil.

<sup>5</sup> NEIVA et al. Banco Palmas: resultados para o desenvolvimento comunitário e a inclusão financeira e bancária. In: INSTITUTO PALMAS. Núcleo de Economia Solidária/USP. Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. São Paulo: A9, p. 105-172, 2013.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>7</sup> Idem.

Segundo Neiva et al., em 2013, somavam-se mais de 90 experiências de BCD's, em 18 estados no Brasil. Com isso, a Rede e o Instituto precisaram de meios pelos quais pudessem monitorar o desempenho das instituições. A construção de uma matriz de acompanhamento serviu para que fosse preservado uma coerência quanto a prestação do serviço objetivado pelos bancos, mostrando-nos sob quais bases essa ideia se sustentava, isso é, como o Instituto e a Rede fazem para promover suas políticas de desenvolvimento comunitário.

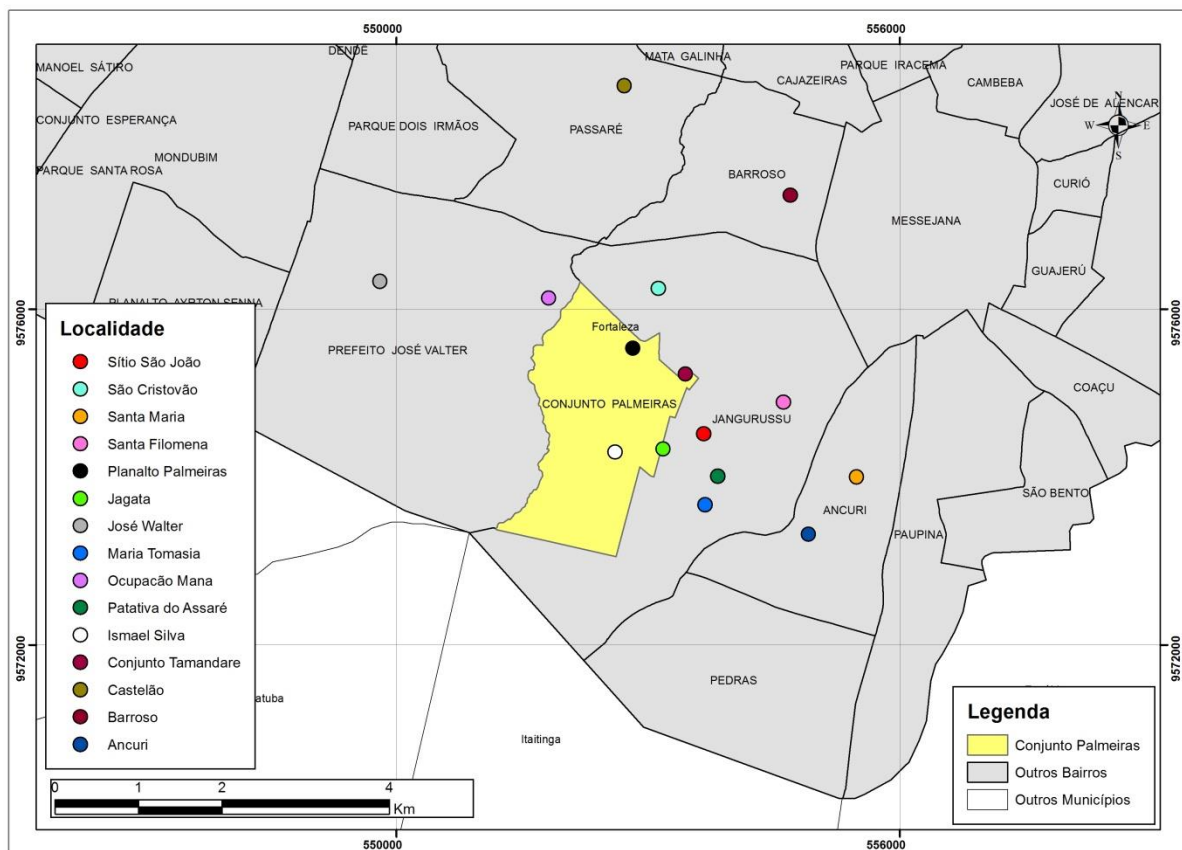
Podemos perceber que os bancos se desenvolvem a partir de eixos: Inclusão Socioeconômica e Financeira, Participação e Controle Social, Desenvolvimento das Capacidades e Desempenho Institucional. Tais eixos são referendados por objetivos específicos e resultados esperados. Tais resultados são avaliados a partir de macroindicadores e indicadores para cada eixo, procurando construir um “olhar voltado tanto para os efeitos das ações quanto para o modo como a instituição consegue realizá-las”<sup>8</sup>. Em suma, o crescimento da ideia de um banco para o desenvolvimento de uma comunidade pobre tomou proporções nacionais, o que motivou a construir referências de orientação e avaliação que pudessem incentivar e englobar as diversas experiências que foram surgindo a partir do Banco Palmas.

Uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL-USP) no ano de 2013, ano em que o Banco Palmas fez 15 anos, permitiu discutir a dimensão de atendimentos e da importância que a instituição trouxe para quem utilizava seus serviços no bairro. A pesquisa aconteceu por meio de entrevistas realizadas com os clientes do Banco e levou em consideração dois grandes polos para análise. Neiva et al. afirma que se obteve a opinião de clientes que utilizavam os serviços de crédito e clientes que utilizavam o serviço de correspondente bancário. Percebeu-se que a atuação do Banco no momento da entrevista não se restringia apenas aos limites do Conjunto Palmeiras. Segundo NEIVA et. al.,<sup>9</sup> a instituição atendia também pessoas que viviam em várias localidades ao seu redor.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 136.

**Figura 1.** Mapa das localidades atendidas pelo Banco Palmas



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Portanto, o que se verificou na pesquisa de acordo com os autores, quanto ao atendimento à população mais carente, foi que boa parte dos clientes, cerca de 70% dos entrevistados, eram beneficiários do bolsa família e/ou estavam em sua maioria na faixa de renda que recebia menos de um salário mínimo, sendo que 11% estavam abaixo da linha da miséria. Além disso, verificou-se um alto índice de pessoas que tinham trabalho informal, cerca de 19% dos 75% que estava trabalhando, possuíam emprego formal, isto é, a maioria não possuía renda comprovada. Outro fator que aponta o campo de atuação do BCD do Conjunto Palmeiras é a inadimplência, cerca de 41% daqueles que foram entrevistados em sua residência possuem seu nome em instituições de proteção ao crédito. Quanto ao crédito tomado no Banco, os entrevistados mostraram que o utilizavam para diferenciadas situações, embora tenha ficado claro na pesquisa que “40,98% respostas [utilizavam] para seu negócio ou empreendimento, 14,34% para pagamento de contas, 11,7% para alimentação [...]”<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Ibidem, p. 148.

Com esses dados fica clara a importância do Banco Palmas como um agente formal de crédito que contribui para a estabilização do consumo e como um agente financiador de empreendimentos e negócios informais que garantem uma fonte de recursos mesmo que, às vezes, precária e insuficiente a partir de uma atividade produtiva.<sup>11</sup>

A pesquisa realizada pelo Núcleo de Economia Solidária da USP dá a possibilidade de refletir em que está alicerçada a ação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento e quais princípios esse tipo de banco procura seguir, ou melhor, como, a partir da experiência surgida no Conjunto Palmeiras, bem como os projetos de lá decorrentes, buscou estabelecer bases que sustentam a prática de um banco comunitário em qualquer localidade. Uma ideia que passou a ser exportada.

## A Economia Solidária Como Agente Possibilitador

Surge como base para a execução de projetos nesses termos de desenvolvimento local a concepção de economia solidária, da qual a experiência do Banco Palmas passou a fazer parte e a ser levada para a Rede. A economia solidária aparece como uma prática que vai ser vislumbrada para quem deseja a instalação de um BCD. O Banco Palmas, apesar de hoje sustentar sua ação sob o princípio da economia solidária, não conhecia, em seu início, como funcionava. O primeiro contato com esse conceito se deu no ano 2000, quando participaram do I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária, realizado em Mendes, no Rio de Janeiro, sendo criada ali a Rede Brasileira de Economia Solidária, da qual o Banco Palmas passou a fazer parte.

Conforme os relatos das lideranças locais, as iniciativas solidárias se iniciaram com a ideia de criação, no âmbito local, de mecanismos que gerassem trabalho e renda, se não para todos, ao menos para um expressivo número de moradores. Dentre as ações estrategicamente elaboradas por lideranças e instituições locais, tem-se, inicialmente, o Banco Palmas e o cartão de crédito Palmacard. Se estas ações não proporcionaram de imediato resultados expressivos quanto à geração de trabalho e renda para os habitantes, conferiram maior visibilidade ao bairro, que passou a ser alvo de distintos segmentos sociais como a academia, a mídia, dentre outros, que realizavam menções positivas com relação ao processo de reivindicações protagonizado pelas lideranças daquele bairro.<sup>12</sup>

O que estava acontecendo no Conjunto Palmeiras possibilitou-lhes a entender melhor o que era aquilo que estavam fazendo no local. A economia solidária foi uma revelação aos idealizadores da instituição financeira, porque ajudou a definir melhor aquilo que, a princípio, havia sido construído sem uma orientação teórica mais aprofundada. O que se verificou foi que

<sup>11</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>12</sup> RODRIGUES, Fernanda. Conjunto Palmeiras: As iniciativas solidárias e a relação com as instituições governamentais. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29, Natal/RN, **Anais Eletrônicos...** Natal/RN: [s.n.], 2014. Disponível em: [http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402019241\\_ARQUIVO\\_artigoRBA.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402019241_ARQUIVO_artigoRBA.pdf)> acesso em: 20 ago.2016, p. 3-4.



com a prática desenvolveram um mecanismo que se encaixou em uma concepção que vinha sendo discutida e aplicada em outros países, com ações diversificadas: “Nós pensávamos que tínhamos aberto um banco, mas de fato criamos um banco de economia solidária!”<sup>13</sup>.

O significado dessa ação se revela quando cruzamos com a realidade existente no sistema financeiro formal. Não existe uma vinculação das macrofinanças com a necessidade de realizar o desenvolvimento de pequenas localidades. Seguindo orientações de trabalhos como o de Mohammad Yunus<sup>14</sup>, Dowbor<sup>15</sup> afirma que muito dinheiro nas mãos de poucos pode gerar o caos, enquanto o contrário, pode prover um verdadeiro desenvolvimento local. A sua defesa é na tentativa de entender que há alternativas que podem e devem ser consideradas para minimizar os impactos de desigualdade de renda existente no mundo.

A experiência descrita pelo autor é exemplificada com a existência de poupanças familiares geridas em caixas familiares em cidades ou vilas alemãs ou, na França, onde há manuais orientadores em utilizar o dinheiro de forma ética sem que seja colocado um grande aglomerado bancário, podendo haver uma remuneração financeira boa, liquidez para quando precisar resgatar alguma quantia e, principalmente, para tornar o dinheiro com uso útil. Por isso defende que

[...] há uma nova teoria econômica em construção, sem que talvez nos apercebamos disso em razão de estarmos ocupados em refutar os marginalistas ou as leis das vantagens comparadas de Ricardo. Não se trata de uma dinâmica socialmente caridosa e economicamente marginal. É um espaço importante a ser ocupado. Não precisamos esperar um governo que nos agrade para tirar o nosso dinheiro do banco e aplicar as nossas poupanças em coisas úteis. O resgate do controle das nossas poupanças emerge como eixo estruturador das dinâmicas sociais, e o direito de controlarmos o nosso próprio dinheiro e de exigirmos prestação de contas na área é perfeitamente democrático.<sup>16</sup>

Apesar de ter se tornando uma experiência particular no Brasil, a articulação entre um Banco Comunitário e a economia solidária também pode ser considerada uma alternativa financeira às populações de localidades que não tinham acesso fácil ou, simplesmente, eram excluídas do sistema econômico formal. Singer nos dá a ideia dessa exclusão. Ele cita duas dificuldades de acesso ao sistema financeiro daqueles mais pobres. A primeira tem a ver com a exigência dos bancos de um valor em depósito na abertura de contas a novos clientes. A segunda tem relação com o desenvolvimento de uma noção de ajuda mútua e não de concorrência. Por

<sup>13</sup> op. cit., p. 209.

<sup>14</sup> Economista, Muhammad Yunus fundou em 1983 o Grameen Bank em Bangladesh e se tornou pioneiro na defesa de uma alternativa ao sistema financeiro formal. Incentivou em escala mundial o conceito de microcrédito sem papeis e garantias a pessoas pobres que não tinham acesso ao sistema bancário. Em 2006 ganhou o Nobel da Paz pela ideia e passou a ser referência mundial quando se trata de iniciativas que buscam a inserção dos mais pobres economicamente. Mais informações disponível em << <http://revistatrip.uol.com.br/trip/o-banqueiro-dos-pobres-muhammad-yunus-propoe-uma-nova-logica>>> acessado em 05/05/2017.

<sup>15</sup> DOWBOR, Ladislau. O uso inteligente do crédito. In: INSTITUTO PALMAS. Núcleo de Economia Solidária/USP. Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. São Paulo: A9, 2013, p. 25.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 32-33.

isso, afirma que a economia solidária vai tornar concreto o acolhimento daqueles que “o destino fez perdedores e porque sabe que a união dos oprimidos é condição primordial para que eles possam se emancipar da pobreza.”<sup>17</sup>

As diferenças entre as duas instituições e os objetivos que buscam denotam o que permeiam suas ações. Para o autor, enquanto os bancos privados buscam incessantemente o lucro, tornando seus acionistas investidores e, portanto, esperando um retorno financeiro, os bancos comunitários não são feitos por acionistas, mas pelos moradores de cada localidade. Desse modo, o banco pertence à população que é, ao mesmo tempo, usuária de todos os serviços lá oferecidos. Nesse caso,

Sendo donos e usuários de seu banco, os sócios tem como objetivo que sua comunidade se desenvolva economicamente e, para tanto, importa-lhes que o seu banco tenha recursos suficientes para financiar novos projetos de economia solidária e a expansão dos que já funcionam.<sup>18</sup>

No caso do Banco Palmas, a ideia inicial era promover uma circulação de dinheiro e produtos dentro do Conjunto Palmeiras. A argumentação para isso foi, segundo os idealizadores, a saída de moradores para outras localidades por causa do desajuste financeiro, o que levou a vender seus bens, que em boa parte dos casos era a própria residência. Portanto, gerar renda na região passou a ser um imperativo necessário. A circularidade de compra e venda de produtos oriundos do próprio local só podia ser feito se houvesse incentivo à produção e ao consumo. É sob essa lógica que surge o termo prosumidores, que vai inaugurar os projetos do Banco, chamados posteriormente de solidários.

Já sabíamos o que queríamos e fomos adiante. Iríamos iniciar um projeto de geração e renda que estimularia a produção local através de uma linha de financiamento (microcrédito) e outra linha que estimulasse o consumo local através de um cartão de crédito próprio. O projeto funcionaria por intermédio de uma rede de solidariedade entre os produtores e consumidores – Prosumidores [sic.] – criando um círculo [sic.] virtuoso de produção x consumo x geração de trabalho e renda.<sup>19</sup>

Então, a gênese foi a concessão de empréstimo para comerciantes poderem produzir e para pessoas consumirem produtos dentro do Conjunto Palmeiras, como descrevemos acima, quando da inauguração do Banco. O PalmaCard foi produzido de maneira artesanal (figura 15), nele vinha o valor do empréstimo e, à medida que o cliente o utilizava, o comerciante anotava para depois descontar o valor da compra diretamente no Banco Palmas.

<sup>17</sup> SINGER, Paul. O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária. In: Instituto Palmas. Núcleo de Economia Solidária / USP. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9, 2013, p. 35.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>19</sup> MAGALHÃES, Sandra; MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim. **Banco Palmas: Ponto a Ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003, p. 16.



Figura 2. PalmaCard



Fonte: FOGUEL, 2009, p. 149.<sup>20</sup>

Na imagem do PalmaCard, algumas informações são destacadas para a concessão do crédito: nome da pessoa que solicitou o valor, documento de identificação, o número do cartão e o limite de crédito concedido. No verso, uma minitabela que servia como controle dos gastos. Nesse espaço o comerciante anotava seu código, data da compra e o valor. Além do cartão, os estabelecimentos cadastrados também recebiam uma folha de fatura para as vendas feitas. Quando havia a compra com o cartão de crédito o comerciante deveria anotar o valor na parte inferior do cartão do cliente e este deveria assinar a folha de fatura. Com essa metodologia, o Banco criava concessões de crédito que se baseava inteiramente na confiança entre os moradores do Conjunto Palmeiras, pois a forma de prová-la era por meio da assinatura dos clientes, situação que dispensava requisitos de segurança contra possíveis fraudes haja vista a possibilidade de forjá-la facilmente, embora em nenhum momento em nossa pesquisa situações de tentativa dos beneficiários em agir com má fé em relação a instituição, alterando assinaturas para o recebimento de benefícios, tenha sido ressaltada como um problema claro. Porém, entre as dificuldades presentes quanto ao sistema é destacado “o baixo nível de escolaridade dos comerciantes acarretando um número excessivo de faturas preenchidas de forma incorreta”<sup>21</sup>, além disso, somou-se a essa dificuldade a necessidade de troca do cartão devido ao material produzido, papel. Logo, foi possível perceber que era necessário mudar o sistema inicialmente adotado. A ideia do cartão de crédito foi sendo substituído com o fortalecimento da moeda social, o Palmas<sup>22</sup>.

<sup>20</sup> FOGUEL, Flávio Henrique dos Santos. **Redes de Colaboração Solidária**: um estudo sobre Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras-Fortaleza/CE. 2009. 288 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

<sup>21</sup> Op.cit., p. 43.

<sup>22</sup> A origem do Palmas ocorreu de um projeto que existia desde o ano 2000, o Clube de Trocas. Lá, os prossumidores se reuniam e transformavam produtos e serviços em uma moeda, o Palmares, que servia para trocar livremente os produtos. Porém, afirmam que o limite do clube ocorreu devido a falta de variedade, levando-os a pensar na transformação de todo o bairro em um grande clube de trocas a partir da moeda social, que passou a se chamar Palmas. Assim, viam que se abria a possibilidade para o desenvolvimento local a partir da circulação da moeda que poderia ser trocada em reais e o que circulava de Palmas no bairro tinha o valor referente em real presente no Banco.

## Laços Comunitários: Asmoconp e Banco Palmas

Importa afirmar que a iniciativa de criação do Banco Palmas ocorreu a partir de uma organização comunitária, que tornou outra instituição do Conjunto relevante no processo: a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras. Quando da criação do Banco Palmas a sua sede era na própria associação, isto é, ela serviu como o suporte necessário à consecução dos projetos que o Banco iria desenvolver a partir de então. Dessa maneira, como o Banco não existia juridicamente, toda a movimentação financeira foi feita por meio da conta da ASMOCONP, denotando que o empreendimento era um projeto da própria associação comunitária, surgida na década de 1980, em função das necessidades materiais que o Conjunto Palmeiras em seu início necessitou. Portanto, segundo Foguel todos os projetos fomentados e geridos sob a lógica da economia solidária tiveram como propulsores a ASMOCONP e o Banco Palmas.<sup>23</sup>

Este sistema interage e cria vínculos com os moradores do bairro (associado ou não), com empreendedores e comerciantes que utilizam as linhas do Banco Palmas e aceitam a moeda Palmas com organizações parceiras do Terceiro Setor (nacionais e internacionais) e instituições públicas municipais, estaduais e federais.<sup>24</sup>

Essa iniciativa possibilitou construir diversificados projetos que não se basearam apenas na realização de empréstimos para produção e consumo: negócios que pudessem ser geridos por moradores, projetos de inclusão, que levou mulheres em situação de risco a conseguir uma atividade financeira, criação de uma escola para o treinamento e produção de materiais sobre a economia solidária, capacitação de produtores e consumidores a fim de entenderem a lógica da economia solidária, clube de trocas, feiras solidárias e uma loja solidária para expor os produtos e fomentar a sua venda dentro do Conjunto Palmeiras, entre outros<sup>25</sup>.

A quantidade de projetos produzidos pela ASMOCONP/Banco Palmas não parou por aí, novos foram surgindo, assim como outros deixaram de existir. Contudo, é importante destacar que não existiria o Banco sem a Associação dos Moradores, assim como esta se destacou com a gerência e consecução de resultados importantes quanto ao desenvolvimento local, orientados sob a concepção da economia solidária. Chama atenção um exemplo em que demonstra a interação entre as duas instituições. Ao expor os critérios para a concessão de créditos, Magalhães e Melo Neto Segundo diz que “Um outro aspecto considerado é o interesse do solicitante em participar da vida da comunidade, criar laços com a associação, viver ativamente

<sup>23</sup> Op. cit.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 194.

<sup>25</sup> MAGALHÃES, MELO NETO SEGUNDO (2003) e FOGUEL (2009) destacam em seus trabalhos essas iniciativas.

as atividades sociais do bairro.”<sup>26</sup>. Em suma, como um projeto comunitário, era preciso que a pessoa que adquiria o crédito fosse conhecida no bairro, participasse ativamente das discussões em prol da melhoria do Conjunto Palmeiras na medida em que o objetivo também era o de continuar com uma população mobilizada, pois o Banco surge como um instrumento para a melhoria local. Entretanto, dois aspectos passam a coexistir a partir da criação do Banco Palmas em 1998: o primeiro com projetos exclusivamente voltados para o Conjunto Palmeiras e o segundo, a partir de 2003, quando da criação do Instituto Palmas e da parceria firmada com entidades governamentais<sup>27</sup>, gerindo ações externas à região. Tanto as ações internas como as externas tiveram a economia solidária como princípio norteador.

[...] tanto o Instituto Banco Palmas e o Sistema ASMOCONP interagem com organizações públicas e do Terceiro Setor, diferenciando-se no escopo de atuação. O Instituto viabiliza as parcerias e a atuação fora do Bairro e participa da gestão da Rede de Bancos Comunitários, da qual o Banco Palmas é integrante. A Rede de Bancos Comunitários mantém relações com o Instituto Banco Palmas (que é um de seus organizadores) e com a ASMOCONP (que colabora na capacitação técnica dos novos bancos. O sistema ASMOCONP estabelece vínculos diversos com moradores e comerciantes, que também se relacionam mutuamente e utilizam a moeda social Palmas.<sup>28</sup>

A relação entre Associação de Moradores e Banco Palmas não pode ser relegada, mesmo que em muitos casos, o nome da segunda instituição apareça de forma mais frequente quando se analisa o Conjunto Palmeiras. Apesar de ser compreensível, visto a notoriedade que o Banco ganhou, principalmente, por ser uma novidade no final da década de 1990 no Brasil em relação a iniciativas que visavam o enfretamento da pobreza, a ASMOCONP foi a instituição base para o desenvolvimento do Banco, assim como de outros projetos oriundos a partir dele.

Desse modo, a partir do fortalecimento institucional do Banco Palmas, que passa a ser uma ideia expandida a várias outras localidades, podemos pensar a memória do Conjunto Palmeiras como um instrumento que passou a ser utilizado para a constituição de uma imagem do bairro defendida pelo Banco. Isto é, uma memória forjada e narrada sob a concepção de um bairro que foi capaz de superar a pobreza a partir da criação do primeiro banco comunitário do Brasil. A aprovação do Conjunto Palmeiras como bairro oficial de Fortaleza, em 2007, e outras lutas são exemplos importantes na condução do uso da memória após a existência do Banco.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>27</sup> Em 2003, o Instituto Palmas é criado e passa a gerir junto com a Secretaria Nacional de Economia Solidária iniciativas que tenham como suporte o desenvolvimento local, com a criação de bancos comunitários que sigam as premissas desenvolvidas pelo Banco Palmas, ligados à Economia Solidária.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 197.

## Na Defesa de Direitos

Legalmente, o Conjunto Palmeiras tornou-se bairro da capital cearense no ano de 2007, sob o decreto 0039/2007 de 10 de agosto de autoria do vereador Guilherme Sampaio e oficializado em Diário Oficial do município em 13 de novembro daquele mesmo ano. Compreendia um território que passava a se desvincular do então bairro do Jangurussu, que fica na região sul de Fortaleza, a aproximadamente 15 quilômetros da região central da cidade, já com limites próximos a outros municípios da região metropolitana, como Maracanaú e Pacatuba. Justificou-se a inclusão dessa parte da cidade como uma região denominada como bairro da capital pela referência às condições históricas pelas quais a sua população havia sido submetida desde a sua criação. Assim diz o vereador Guilherme Sampaio:

O Conjunto Palmeiras iniciou-se em 1973 no Governo Virgílio Távora no local onde existia uma grande fazenda. O aludido governo desapropriou o terreno para vender ao mais pobres que moravam perto do Centro da Cidade de Fortaleza, ou seja, próximo dos seus locais de trabalho, tudo isso aconteceu por causa da especulação imobiliária que se verificava naquele momento. Em 1974 começaram os despejos das favelas para a implementação do chamado Conjunto Palmeiras. As primeiras a serem despejadas foram as favelas Arraial Moura Brasil, Morro das Placas, Pirambu, Verdes Mares, Lagamar, Mucuripe, Titãzinho e todas as pessoas que estavam alojadas do [sic.] Estádio Presidente Vargas.

O Conjunto Palmeiras iniciou-se sem qualquer infra-estrutura, sendo armado galpões de madeiras e lonas para o alojamento das famílias, traduzindo na total falta de atenção àqueles que ali se encontravam.

Porém, por conta da garra e perseverança dos moradores, o Conjunto Palmeiras, apesar das dificuldades, hoje é uma realidade, destacando-se como uma comunidade promissoras e cumpridora de sua função social.<sup>29</sup>

Em poucas linhas, o vereador destaca três princípios justificadores da oficialização do local como um bairro de Fortaleza. Primeiro, ressalta as condições segregacionistas a partir do momento em que diz que a remoção das populações de regiões centrais da cidade deu-se pela especulação imobiliária. Segundo, consideradas as condições precárias de infraestrutura que os moradores foram submetidos a viver quando removidos à região, descritas nas moradias em galpões ou barracos de lonas e, por fim, atribui aos moradores as condições de aguerridos e perseverantes na promoção do local, levando-o tornarem-se cumpridores de uma função social. Os destaques feitos pelo autor do Decreto tem referência no processo de constituição do Conjunto Palmeiras, que de um local insipiente para viver, passa a se tornar exemplo em ações de caráter social em bairros pobres no Brasil a partir da consecução dos bancos comunitários. Embora isso seja uma realidade atual para o Conjunto Palmeiras, o enfrentamento dos problemas e dos estigmas lançados ao bairro ainda são fatores combatidos tendo como referência a história pela qual eles passaram.

<sup>29</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Decreto-Lei nº 0039/2007. 13 de Novembro de 2007. Diário Oficial do Município de Fortaleza. Fortaleza-CE, n. 13.704, 23 de Novembro de 2007, p. 15.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômicas do Ceará (IPECE) em 2012, que realiza estudos socioeconômicos e geográficos no Estado desde o ano de 2003, analisou a renda média da capital cearense, especificamente de seus bairros. O Conjunto Palmeiras ficou com uma renda média per capita de R\$239,00<sup>30</sup>, a menor entre todos os bairros da capital. Em resposta a esta pesquisa, publicada em vários veículos de comunicação, o Banco Palmas, por meio do coordenador geral, Joaquim de Melo Neto Segundo, produziu uma carta contradizendo os dados apresentados, explicando que a pesquisa não levou em consideração que o Conjunto Palmeiras tem uma renda média muito homogênea, ou seja, cujos valores são muito semelhantes e que, em comparação com outras localidades, colocou o bairro em posição de desvantagem, afinal, em outros bairros da capital cearense, a exemplo do Montese, existem pessoas com rendas extremamente opostas, contribuindo para influenciar estatisticamente nos números da pesquisa:

Como afirmamos acima, até 2007 o Conjunto Palmeira não era considerado um bairro, por isso nem aparecíamos nas pesquisas. Isso é um fato para o qual devemos ficar atentos. O IPECE só divulgou os dados dos bairros, ou seja, muitas comunidades, conjuntos habitacionais, áreas de risco, ocupações e outras áreas da periferia não aparecem no ranking porque não são consideradas bairro. Então, não podemos interpretar os dados divulgados como uma afirmação de que somos o local (a comunidade, o território) com menor renda media per capta em Fortaleza. Os dados foram computados somente entre os bairros.<sup>31</sup>

A carta utilizada para refutar os dados da pesquisa é um documento de defesa do bairro. Primeiro, porque é um local recentemente pesquisado, já que antes nem aparecia nos dados, segundo o autor. Segundo, porque o seu principal comparativo de defesa é a própria condição de construção do Conjunto Palmeiras na medida em que foi necessário um retorno às origens para se vislumbrar as conquistas atuais, de acordo com tudo o que aquelas pessoas passaram para chegar ao status de bairro. Por isso, ao analisar o documento acima, verificamos que os dados apresentados mexeram exatamente naquilo que se tornou o principal objeto de combate após a criação do Banco Palmas, a imagem de pobreza vinculada ao Conjunto Palmeiras. O Banco, criado com o objetivo de minimizar os impactos dessa condição à população local, passou a ser o principal afetado com a divulgação dessa pesquisa, pois, se o Conjunto Palmeiras continuava a ser um local cuja pobreza ainda era muito forte, isso queria dizer que as ações da instituição não surtiram efeito durante todos esses anos. Não à toa, o documento busca no passado os argumentos para contradizer a imagem apresentada pelo órgão governamental e divulgada nos principais meios de comunicação da cidade<sup>32</sup>.

30 Informação disponível em: <[http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/ipece\\_informe\\_42\\_distribuicao\\_espacial\\_da\\_renda\\_pessoal.pdf](http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/ipece_informe_42_distribuicao_espacial_da_renda_pessoal.pdf)> Acessado em 27/09/2014.

31 MELO NETO SEGUNDO, Joaquim de. Carta aos Moradores do Palmeiras. Instituto Palmas, Fortaleza, 05 de outubro de 2012. Disponível no link: <[http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/extrema\\_pobreza\\_no\\_conjunto\\_palmeira.pdf](http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/extrema_pobreza_no_conjunto_palmeira.pdf)>. Acessado em 23/08/2014.

32 Não é difícil encontrar nos jornais de Fortaleza referência em matérias sobre o bairro como sendo um local perigoso e um dos mais pobres da cidade: “Conjunto Palmeiras é o bairro de Fortaleza com pior desenvolvimento” (Jornal O Povo 20/02/2014), “Capital registra 4 homicídios por dia em 2012” (Jornal O Povo 12/07/2012), “Territórios da Morte na RMF” (Diário do Nordeste 05/10/2009).



Em 2013 o Conjunto Palmeira completa 40 anos. É Fundamental [sic.] termos vivo na memória que, em 1973, morávamos na Beira Mar. Fomos expulsos de lá sob a ameaça dos cassetes da ditadura militar e trazidos a força para essa região onde só existia mato e lama. Foram anos morando em barracas de lona. Construímos o Conjunto Palmeira aos poucos, com nossas próprias mãos, em regime de mutirão. Até bem pouco tempo atrás não tínhamos água encanada para beber, não tínhamos esgoto, drenagem, ruas para andar. Faz só 5 anos que nos tornamos bairro, até então éramos uma pequena comunidade ligada ao Jangurussu.<sup>33</sup>

O que se verifica a partir da situação acima exposta é a relação do Conjunto Palmeiras com a sua memória. O Banco, que se tornou uma instituição de renome localmente e extra localmente, colocou-se na condição de publicizar uma lembrança que se remetia a um passado erguido sob condições adversas pelos moradores do bairro. A instituição Banco Palmas faz parte dos resultados atingidos pelas diversas lutas ocorridas nas décadas de 1970 a 1990. Portanto, a pesquisa, ao considerar precária as condições de renda do bairro, também atinge diretamente as ações desenvolvidas pelo Banco a partir de sua criação, e porquanto, buscou uma imagem de êxito em suas ações, verificados pela extensão de influência pela qual hoje possui.

Além disso, pode-se afirmar que a condição de retorno às lutas sociais do passado para a defesa do bairro frente à pesquisa relaciona-se com a ideia de superação frequentemente exaltada pela instituição e pelos moradores da região. Essa concepção está vinculada, como dita anteriormente, na lei que institui o Conjunto Palmeiras, à realidade urbana pela qual passou a cidade de Fortaleza durante a segunda metade do século XX, com políticas que estiveram comumente ligadas à expansão urbana ao desejo de valorizar a cidade no aspecto comercial, imobiliário e modernizador, atendendo às pessoas que poderiam pagar pelo encarecimento dos espaços ligados a essas políticas, ao passo que quem não poderia pagar, passou a viver cada vez mais longe das regiões centrais, mudando-se ou sendo retirado de lá. Isso nos leva à observância da continuidade da luta e na frequente cobrança aos governos.

Um dia pedagógico de organização popular e exercício da democracia...

A luta pelo Esgoto no Conjunto Palmeira é secular. O projeto técnico está pronto, custa 40 milhões, restando aprovação do governo. Siga os passos do dia de hoje: a) Cedinho a comunidade ocupou o espaço onde [sic.] aconteceria um grande evento com a presença do Governador e do Prefeito (Cuca Jangurussu), b) Minutos depois chega a assessoria e a segurança para negociar, o governador propõe receber a comunidade ali mesmo e na segunda-feira em seu gabinete, d) Acordo fechado, desocupa-se o espaço, e) Chega o governador e é cercado por uma multidão. Grande Imprensa e mídias alternativas acompanham tudo. F) O governador escuta a demanda e anuncia ali mesmo (ao vivo) a liberação do recurso para começar a obra que a comunidade espera a [sic.] 10 anos. Só a luta muda o mundo! Comunidades organizadas, propositivas e resilientes é pressuposto para a democracia!

PS.: a comunidade agora quer ela mesma fazer a obra, através de mutirão remunerado, sem empreiteiras, reduz o custo e gera dezenas de empregos locais.<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Ibidem, p. 04.

<sup>34</sup> Comentário de Joaquim Melo via rede social no dia 05 de maio de 2017 [https://www.facebook.com/search/top/?q=o%20governador%20escuta%20a%20demanda&epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/search/top/?q=o%20governador%20escuta%20a%20demanda&epa=SEARCH_BOX), acessado no dia 07 de dezembro 2018 às 15:03.



O depoimento via rede social, de Joaquim Melo, demonstra o que a organização popular é capaz de realizar. Remontando-se ao modo de fazer das primeiras mobilizações ainda da década de 1980, como a luta pela água encanada<sup>35</sup>, a presença da população no evento chama a atenção. À espera do governador e com a presença da mídia, a fala acima revela aspectos do planejamento sobre como cobrar o que se precisa. A comunidade chega cedo ao evento passando a incomodar aquilo que, em outras circunstâncias, seria mais uma agenda rotineira do governador para anunciar benfeitorias de sua gestão. Entretanto, isso não seria possível tendo uma população inteira mobilizada e mostrando que, na realidade, tinha muitos problemas ainda para serem resolvidos e aquilo que seria propaganda positiva poderia se tornar algo negativo para o governo.

Nesse interim, O Banco Palmas, a partir da sua origem, como projeto da ASMOCONP, e a notoriedade que foi ganhando ao longo do tempo, tornou-se uma instituição fundamental para fomentar esse tipo de mobilização para a melhoria do bairro. É o caso na ação em torno da criação dos chamados Conselhos do Quarteirão. Angeline Freitas<sup>36</sup>, ressalta que essa iniciativa surgiu a partir de uma necessidade premente no bairro: o problema do consumo e do descarte do lixo. A autora afirma que, por iniciativa do banco, resolveu-se conversar com os moradores da rua Edilson Candeia à avenida Iracema para participar de uma reunião cujo o objetivo era debater essa situação e revitalizar o canteiro central a fim de melhorar o ambiente vivido. Como resultado, diz que

através dessa ainda pequena representação popular, faz-se entender que a partir daí, mais uma vez emerge o poder popular, essa nova iniciativa leva a uma nova reflexão de reorganização, o que antes reunia a população em busca da construção de um bairro digno de morar com infraestrutura e na busca por direitos sociais, onde a comunidade tinha que travar verdadeiras batalhas para conseguir o mínimo para a sua sobrevivência, hoje busca-se iniciativas advindas do próprio povo, ainda que preciso algumas parcerias com órgãos governamentais, mesmo assim, pode-se buscar a ideia que, a solução hoje vem do próprio povo, mesmo que esse mesmo povo tenha que reconstruir com suas próprias mãos, como aconteceu no início.<sup>37</sup>

A iniciativa começou a tomar proporções maiores e logo se viu que mais Conselhos passaram a se formar para o cuidado com o lixo. Porém, o Conselho passou a ser entendido como um instrumento de poder popular e autogestão no cuidado com o bairro, tendo como consequência a criação de vários projetos que buscam tornar o local sustentável, ao passo que também passou a ser uma via de mobilização importante para as conquistas do movimento popular.

<sup>35</sup> O acesso a água encanada no bairro só foi possível depois que a organização popular ameaçou explodir os canos da rede de abastecimento de água da cidade de Fortaleza que passava pelo bairro, vindo do açude Gavião, na região metropolitana da capital. Em Viva Favela, Joaquim Melo relata a organização para pressionar a Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE) a começar os trabalhos para a implantação da rede no Conjunto Palmeiras.

<sup>36</sup> SOUZA, Angeline Freitas de. **Conjunto Palmeiras: lutas sociais, educação e sustentabilidade/limites e possibilidades**. 2017. 85f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em pedagogia) – Faculdade de Educação – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 31.

Desde de 2016, havia reuniões com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, cujo objetivo era realizar a regularização fundiária de diversos imóveis no Bairro. Esse problema tem origem desde a implantação dos primeiros terrenos, ainda no ano de 1974, quando o Conjunto Palmeiras foi criado, sob a supervisão da Fundação de Serviço Social de Fortaleza (FSSF), órgão responsável pela gestão de novos conjuntos habitacionais na cidade resultante de remoções que ocorreram naquele período. Muitos moradores, apesar de terem concluído o pagamento dos seus lotes, nunca receberam a escritura que daria a legalidade ao terreno adquirido. Por isso, a reunião, advinda da organização popular, tendo como elemento mobilizador a criação dos Conselhos do Quarteirão, foi importante na conquista desse direito.

Agora a noite, no Conjunto Palmeira, uma incrível Plenária Popular deliberou 04 pontos: A) Estabeleceu até 30 de novembro o prazo para Câmara de Vereadores aprovar a lei e a Prefeitura entregar o título da terra definitivo (matrícula) para todos os moradores que receberam [sic.] Termo de Uso de Posse; B) Delegou que a própria comunidade faça os cadastros (e medições) das 400 casas que a empresa contratada não concluiu e foi embora. C) Estabelece a data de 24 de novembro para o governo do Estado entregar as escrituras das primeiras 600 casas sob sua responsabilidade; D) Se a pauta não for atendida será realizada em dezembro a primeira Grande Marcha dos Conselhos de Quarteirão até a Prefeitura e Governo do Estado. - E viva o poder popular!!!<sup>38</sup>

A organização popular tinha algo claro em sua mente, queriam a posse dos terrenos e queriam que eles mesmos fizessem o trabalho necessário para tal, como a medição da área de cada lote. A justificativa para isso era o fato de a empresa responsável por realizar o serviço ter desaparecido. Contudo, o Conjunto Palmeiras foi um bairro constituído por meio da frequente luta do movimento popular na cobrança de seus direitos, mas foi também responsável por erguerem aquilo que gostariam, como moradias (por meio dos mutirões) e o canal de drenagem<sup>39</sup>, responsável pela diminuição das enchentes na quadra chuvosa. Por isso, a forma como fomentam a organização popular está enraizada naquilo que aprenderam fazendo ao longo do tempo.

Hoje conquistamos uma grande vitória!!! Foi aprovada na Câmara de Vereadores [sic.] a Lei 0369/2017 que autoriza a Prefeitura de Fortaleza dá o título definitivo da terra (matrícula/registro) para famílias que vivem em terrenos públicos. A lei beneficiará centenas de milhares de pessoas de baixa renda da periferia. Nosso parabéns inicialmente, e sobretudo, para os moradores do Conjunto Palmeira, aos Conselhos de Quarteirão, ao Comitê de Regularização Fundiária pela resistência, pela resiliência e pela capacidade de lutar! Depois para a Prefeitura de Fortaleza que teve a sensibilidade de escutar a comunidade e enviar o projeto de lei melhorando a legislação existente. Por último aos Parlamentares que se dedicaram em audiências públicas, emendas, negociações. Valeu! Só a luta muda o mundo!<sup>40</sup>

<sup>38</sup> Comentário de Joaquim Melo no dia 17 de outubro de 2017.

[https://www.facebook.com/search/top/?q=Agora%20a%20noite%2C%20no%20conjunto%20palmeira%2C%20uma%20incr%C3%ADvel%20plen%C3%A1ria&epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/search/top/?q=Agora%20a%20noite%2C%20no%20conjunto%20palmeira%2C%20uma%20incr%C3%ADvel%20plen%C3%A1ria&epa=SEARCH_BOX), acessado no dia 07 de dezembro de 2018 às 15:30.

<sup>39</sup> O Canal de Drenagem foi uma obra realizada em parceria com o Governo do Estado do Ceará, a Prefeitura de Fortaleza e a Cooperação Alemã de Apoio Técnico (GTZ), tendo como gestor a ASMOCONP, entre os anos de 1991 a 1995.

<sup>40</sup> Comentário de Joaquim Melo no dia 26 de outubro de 2017.

[https://www.facebook.com/search/top/?q=Hoje%20conquistamos%20uma%20grande%20vit%C3%B3ria&epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/search/top/?q=Hoje%20conquistamos%20uma%20grande%20vit%C3%B3ria&epa=SEARCH_BOX), acessado no dia 07 de dezembro de 2018 às 15:53.

A conquista exaltada pelo depoimento acima evidencia que, apesar das dificuldades vividas ao longo dos anos pelo movimento popular no bairro, este nunca deixou de existir. A forma de organização, conversando com os moradores, tendo como foco a concepção de autogestão, remonta-se à capacidade de mobilização que seguia uma determinada concepção no movimento: a noção de que as dificuldades poderiam ser resolvidas por meio da ação coletiva. Esta, por sua vez, partia da observância do que era necessário, ou seja, de uma reflexão anterior e do planejamento de ações efetivas para que a realidade vivida fosse transformada. Assim, as memórias sobre os eventos de outrora no bairro são, necessariamente, elementos submetidos ao que Ricoeur<sup>41</sup> chama de trabalho de recordação que é o desejo sobre o que se deve lembrar, combatendo justamente o seu contrário, o esquecimento. Nesse caso, este esforço de lembrar serve para que a luta social seja lembrada como algo pedagógico sobre como se conquistou direitos históricos para o bairro e como estes exemplos são fundamentais para a continuidade dessas conquistas.

---

<sup>41</sup> RICOEUR, Paul. Memória e Imaginação. In: A Memória, a história, o esquecimento. Campinas, Unicamp, 2007.